

ALFERES, A PALAVRA

Prof. Oscar Vieira da Silva *

Resumo: No presente artigo, o autor estuda a palavra "alferes", analisando-a seja fora de seu contexto histórico-militar, seja nele inserido; assim, detém-se primeiramente em sua origem e em sua flexão. Enquanto termo de caráter eminentemente militar, vai buscar seu significado primeiro, que se confunde com as origens da nação portuguesa, e as diversas transformações por que passou, até chegar ao Brasil e ao seu desaparecimento, já no período republicano.

(*) Professor da APM e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

1 Introdução

A palavra **alferes** guarda um sentido todo especial para os brasileiros, principalmente para nós, mineiros, sendo ainda mais significativa, com acentuada carga emocional, para os integrantes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Longe de ser uma palavra meramente denotativa, designando apenas um posto, desaparecido da hierarquia militar brasileira, vem recoberta de lembranças e de sonhos, de alegrias e esperanças, mas também de angústia e dor, de sangue e de revolta. Isso porque foi justamente um Alferes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que liderou o movimento conhecido geralmente como Inconfidência Mineira — ou Conjuração Mineira, como querem alguns — que pretendeu tornar nosso País não apenas política, mas cultural e economicamente independente, sonho maior que ainda mora no coração de todos nós.

Com a intenção de prestar uma modesta homenagem ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, esboçamos estas ligeiras observações em torno da palavra que designava seu posto na Corporação da qual fazia parte e que o tem hoje como seu Patrono.

2 A Palavra fora de seu contexto

Como elemento inicial para estas notas, valemo-nos dos dicionários da língua que, apesar de mostrarem a palavra "descontextualizada", dão-nos os elementos básicos para um conhecimento mais amplo dela.

Uma consulta ao mais popular dos dicionários contemporâneos, o AURÉLIO, como se diz, e temos as seguintes informações:

1. Alferes. /Do ár. *al-fars*, 'cavaleiro'/. S.m. 2 n. V. hierarquia militar.
2. Militar que detém, ou que detinha, a posição hierárquica de alferes.
3. Ant. Porta-bandeira".

No que diz respeito a sua origem, informa-nos que deriva de uma palavra árabe, *al-fars*, com incorporação do artigo *al* ao nome, como é de regra nesses casos e dos quais se encontram abundantes exemplos no léxico português.

Outra informação, ainda ligada à etimologia, é a de que a palavra de origem significa "cavaleiro", donde se pode deduzir, com alguma segurança, que o alferes, pelo

menos em princípio, seria um militar montado, ou seja, um soldado que fazia parte de uma elite nos exércitos antigos, nos quais aparece bem nítida a distinção entre o cavaleiro e o infante, os "peões", como se dizia então.

Na remissiva apontada pelo verbete, "hierarquia militar", vamos encontrar novas informações: em primeiro lugar, a definição da expressão:

"Ordenação da autoridade, em diferentes níveis, dentro da estrutura das forças armadas."

Relaciona, em seguida, os postos e graduações existentes dentro dessa ordenação, nas três Armas, no Brasil, entre os quais não se encontra o de Alferes.

No exército do Brasil colonial e imperial, a hierarquia militar era a seguinte: marechal-de-exército; tenente-general; marechal-de-campo; brigadeiro; mestre-de-campo ou coronel; tenente-coronel; sargento-mor ou major; ajudante ou capitão; tenente; alferes; primeiro cadete; segundo cadete; primeiro sargento; segundo sargento; furriel; cabo de esquadra; anspeçada; soldado.

Nos postos e graduações da Marinha de Guerra brasileira não se encontra o de alferes; em Portugal, atualmente, o alferes é o último posto no Exército e na Aeronáutica, mas também sem aparecer nas forças navais.

Curioso destino o das palavras: o antigo cavaleiro árabe, depois de galopar pelos campos da Península Ibérica, galopa também pelos céus de Portugal, embora não lhe tenha sido dado, nem lá nem cá, o privilégio de cavalgar sobre os mares. Vamos encontrá-lo, no entanto, a bordo de naus espanholas, hoje nas roupagens do "Alferes de fragata: grado de la marina de guerra que equivale al de segundo teniente de ejército" e do "Alferes de navio: grado de la marina de guerra, que equivale al de primer teniente del ejército". (CABANELLA TORRES, "Diccionario militar").

Como se vê, a palavra passou por dois processos não incomuns na língua e que, de certa forma, foram responsáveis pelas transformações que sofreu em seu sentido: o esquecimento etimológico e semântico e o alargamento de sentido. O esquecimento etimológico foi o responsável pela desvinculação da figura do alferes à figura do cavaleiro. O alargamento de sentido permitiu que, aliado ao esquecimento etimológico, fosse usada para designar posto militar desvinculado de uma função específica que, na antiguidade portuguesa, se integravam, com predominância da função sobre o posto ou, melhor dizendo, sendo o posto decorrente da função.

Continuando ainda nos dicionários, encontramos o seguinte na edição de 1925 do "Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa", feita sobre o plano de F.J. CALDAS AULETE:

"ALFERES s.m. e pl. Oficial que antigamente levava a bandeira na infantaria ou o estandarte na cavalaria // Alferes-mor, o que levava o guião real nas batalhas // Alferes-mor do reino, o dignatário que levava a bandeira real nos juramentos dos príncipes e outras solenidades reais // Alferes-menor, o que hasteava a bandeira real no exército em que se achasse o rei. // No exército português, oficial cujo posto é imediatamente inferior ao de tenente. No exército brasileiro, antigo posto correspondente aos atuais segundos-tenentes."

EDUARDO DE FARIA (1878) traz uma novidade no que diz respeito à etimologia, além de, como CALDAS AULETE, de uma certa forma, começar a "contextualizar" a palavra, apontando graduações e, em conformidade com elas, diferentes atribuições dadas ao alferes. Já vemos que ele não é apenas um porta-bandeira, como se apresentava de início. Por um lado, é mais que isso, e menos que isso, por outro.

Diz FARIA:

"Alferes s.m. (Árab. *alfáres*, o cavaleiro). Ou talvez do lat. *aquilifero*, o que levava a águia nos exércitos romanos; donde vem o italiano *alfiere* ou *alfiero*; (milit.) oficial que noutro tempo levava a bandeira da infantaria, e o estandarte na cavalaria, e presentemente é o terceiro oficial de cada companhia a contar do capitão; — mor, título antiqüíssimo em Portugal, de um grande que levava o estandarte real no exército, ou nas funções solenes da corte; — menor, o seu substituto: — d'el rei, era no princípio da monarquia, cargo igual ao que depois se chamou condestável. Antigamente dizia-se *alferezes* no pl.; hoje diz-se *alferes* em ambos os números."

Em CONSTÂNCIO (1836), deparamos com o seguinte: "ALFERES, s.m. (do Árab. *alfáres*, o cavaleiro), oficial militar que levava o pendão, insígnia ou estandarte, e hoje a bandeira; pl. ant. *alferezes*: hoje não muda no plural. *Alferes d'el rei*, no princípio da monarquia portuguesa, era cargo igual ao que depois se chamou *condestável*. *Alferes-mor*, levava a bandeira real na aclamação dos reis. *Alferes menor*, era o seu substituto. *Alferes da cidade, da Câmara*, oficial que leva a bandeira ou guião."

O dicionário de MORAIS (1813), ignora a etimologia mas, como FARIA e CONSTÂNCIO, faz referência ao antigo plural *alférezes*, acrescentando a 10ª edição (1948), em observação, que "a forma antiga era *alferez*, mais justa do ponto de vista etimológico, a qual fazia o plural *alférezes*." Na edição de 1813, deparamos com o seguinte:

"ALFÉRES, s. m. Oficial militar, que levava o pendão, a insígnia, e hoje a bandeira, quando a não tem os Portabandeiras. §. *Alferes mor*; levava e tinha a bandeira Real nas Acclamações dos Reis, Saimentos, e batalhas §. O *Alferes d'El Rei*, no principio da Monarchia Portuguesa, tinha os mesmos officios, que depois teve o Condestabel. V. Chron, Af. l c. 48 e 49. §. *Alferes menor*; que levava a bandeira nos impedimentos do Alferes mor. §. *Alferes da Cidade* ou *Camera*; o que leva a bandeira della, a que devião acudir as milicias, ou ordenanças: hoje leva o vereador mais velho, ou o dito *Alferes da Cidade* o guião, ou bandeira da Camara nos actos de Acclamação, e da sua mão a dá ao Governador (onde os há) que a tem quando diz: *Real, Real, etc.* §. Plural ant. *Alferезes: Camões, Lus. IV 17*. Hoje é como o singular: *os alferes vão marchando.*

De fato, a forma plural *alférezes* aparece pelo menos até o século XVI, empregada por Camões no Canto IV, estrofe 27, de "Os Lusíadas:

"Respondem as trombetas mensageiras,
Pífaros sibilantes, e atambores,
Alférezes volteão as bandeiras,"

Do singular com terminação *z*, o que, aliás, permitiu o plural *alférezes*, também encontramos exemplo em Camões, Canto VIII, estrofe 20:

“Vello ca donde Sancho desbarata
Os Mouros de Vendalia em fera guerra,
Os imigos rompendo, o Alferez mata,
E Hispalico pendão derriba em terra,
Mem Moniz he, que em si o valor retrata,
Que o sepulchro do pay cos ossos cerra,
Digno destas bandeiras, pois sem falta
A contraria derriba, e a sua exalta.”

2.1 A flexão

Note-se que a forma plural **alférezes** depende da existência de uma grafia singular **alferez**, pois as palavras paroxítonas terminadas em **s** mantêm, no plural, a mesma forma do singular, como, por exemplo, **simples** e **ourives** que, aliás, no português antigo também se flexionavam no plural, pois grafadas então com **z** **simplez**, **simplezes**; **ourives**, **ourivezes**.

ANTENOR NASCENTE (1955), traz algumas abonações:

“SIMPLES. Do lat. **simplece**; esp. **simple**; it. **semplice**; fr. **simple**. Arc. **simplez**, **simprez**: “Ous mais simplez por seus feitos.” (Inéditos de Alcobaca, 1^o, pág. 255). “Alois ouue filho Charle o simprez.” (Scriptores, pág. 252). É forma refeita eruditamente.”

Dessa palavra, encontramos pelo menos um exemplo no plural, (“Código Alcobacense”, apud NUNES “Crestomatia Arcaica”, p. 92):

(...) “predicaua e dizia do juízo e, com toda benignidade e speranza, confortaua os simplezes e flacos.”

No mesmo autor, p. 137, (“Das cousas que fez Ihesu Christo”), encontramos a forma singular, grafada com **z**:

“O seu olhar era simprez e maduro, de grande curdura, os olhos guazeos e muy fremosos.”

No “Livro das Aves”, tradução portuguesa do original latino “De besttis et aliis rebus — liber primus”, unanimemente datada do século XIV, encontramos dois exemplos:

“En aquesto livro mais me trabalho eu de prazer aos simplezes e aos rudes ca de dar e d’acrescentar sabença aaqueles que letrados e doctores son” (...)

“Ca a alma fiel e simplez que se entende pela poonba geme e faz chanto” (...)

De **ourivezes** NASCENTES dá um exemplo:

“E assy como os ourivezes querendo conhecer alguu ouro” (“Leal Conselheiro”, p. 26).

CONSTÂNCIO também registra a forma **ourivezes**: VITERBO não registra nem **ourives** nem **simples**, mas registra "SIPRES. O mesmo que **simples**."

Sobre o assunto, esclarece ISMAEL DE LIMA COUTINHO ("Pontos de Gramática Histórica"):

"Alguns nomes que modernamente se não modificam no plural, como **simples**, **ourives**, **alferes**, **arraes**, formavam o plural, no antigo português, com o acréscimo de **es**, porque terminavam em **z**: **símplezes**, **ourivezes**, **alférezes**, **arraézes**. As formas plurais modernas explicam-se pelas antigas, tendo havido queda da vogal postônica e a assimilação do **-z** ao **-s**: **ourivezes** — **ourivez's** — **ourives**" (p. 281)

A "Gramatica Filosofica da Lingua Portugueza" (1803), ao tratar do plural dos nomes, esclarece:

"Tem enfim **singular** e **plural** ao mesmo tempo, e com uma só terminação, os nomes seguintes: **alferes**, **arraes**, **caes**, **lestes**, **ourives**, **prestes**, **simples**. Nossos escriptores antigos davam terminação plural a alguns d'elles, dizendo: **alferezes**, **arraezes**, **ourivezes**, e de **simpres** antigo em lugar de **simples**, fazendo **simprezes** em lugar de **simplices**. O uso depois fez uma apocope do **es** final n'estes nomes, servindo-se d'elles para o singular e plural" (p. 93)

Na realidade, porém, já no português arcaico o que se nota é uma alternância entre as formas **alferes** e **alferez**, como se observa nos seguintes exemplos:

"O Ifante meteo na primeira az em que elle ia, seiscentos de cavallo. Eram hi com elle D. João Arcebispo de Braga, e o Conde D. Gonçalo, e D. Pero Paes Alferes, que então naquela ida servio o Ifante de seu officio." ("Cr. Afonso I", cap. 529 p. 148).

"O Ifante mandou a D. Pedro Paes, que fosse pela oste a encomendar a cada um o que havia de fazer, porque naquele tempo o Alferes tinha aquelle carrego, e poder, que ora tem os Condestabres." (Id. p. 148-149).

"E desque que morreo Men Rodrigues de Touges, cazou com D. Pedro Payo Soares çapat e fez D. Pero Paes o Alferes, e D. Ximena Paes." (PMH, "Scriptores", p. 144).

"E D. Payo Suares foi casado com filha do conde D. Gomes de Pombeiro que fora iá antes casada com D. Mem Rodrigues de Touges como iá de suso dito he, e fez en ella D. Pedro Paes o alferes." (Id. p. 153)
(Os exemplos acima são dados por VITERBO).

A variante **alferez** aparece em:

"Fernandus captivus Alferez conf." (PMH "Leges", doc. de 1136, p. 373).

"E Dom Pedro Anes de Nouoa foi casado com dona Orraca Pirez filha de dom Pedro Paes o alferez e de dona Eluira Veega de ryba de Doiro." (PMH, "Scriptores", p. 269).

"E cavalgou com todos seus cavaleiros e foy-se a hum campo acerca da çidade, a que chamão Arnado, e apartou consigo D. Lourenço Viegas e Dom Gonçalo de Sousa e Dom Pedro Paaez o alferez e outros dous cavaleiros." ("História Geral", in "Text. Arc.", p. 57).

Note-se que, em exemplos anteriores, aparece D. Pedro Paes, mas neste último a forma usada é Paaez, o que demonstra a alternância **s z** também nessa palavra.

"E sayndo a sua bandeyra per a porta da villa quebrou a aste della ao alferes que a leuaua antre as portas." ("Cr. Cond.", cap. 38º, p. 97).

"E mandou logo a D. Diego Gill seu alferes que andasse com a bandeyra." (Id., cap. 54º, p. 138). (Exemplos de VITERBO).

"E o iffante dom Hamrique, porque tijna sua pramcha algũ pouco afastada da terra, lamçou-sse demtro em hũu batell que passaua per hi, e meteo consigo Esteuam Soarez de Mello e Meem Royz de Refoyos, que era seu alferes." ("Crônica da Tomada de Ceuta por elrei D. João I", apud JOSÉ JOAQUIM NUNES, op. cit., p. 207).

O mesmo autor, p. XCI, ao tratar da morfologia no português arcaico, observa:

"As regras que hoje regulam a formação do plural são as mesmas por que se regia a antiga língua: assim, os nomes acabados em vogal ou ditongo formam o plural com o acrescentamento do "s"; aos terminados em consoante junta-se "es". Exemplifica com várias palavras, entre as quais "alferes, alférezes" e "simplez, símplezes".

Esclarece ainda (p. XCIII):

"A maioria dos nomes terminados em "z" ou "s", como "alferes", "ourivez", "arraez", "caiz", "coz", "simplez", que hoje são invariáveis, não o eram ainda no tempo de Camões e João de Barros, que empregavam as formas "alférezes", "ourívezes", "arráezes", "cáezes", "cozas" e "símprezes" ou "simplezes".

A alternância entre "s" e "z", observável na linguagem popular ainda hoje, diga-se de passagem, torna-se mais compreensível quando se trata de imitar o som de outra língua, como é o caso da palavra *alferes*, derivada do árabe. Para SAID-ALI, "Investigações Filológicas",

"Na adoção de vocábulos estrangeiros que contêm fonemas com os quais não esteja familiarizado o idioma recipiente, são esses sons exóticos, difíceis de imitar, trocados — insistimos neste ponto — por sucedâneos que se supõem mais ou menos parecidos" (p. 161).

Os gramáticos portugueses antigos pouco cuidam de questões ortográficas, não havendo padronização. Assim, por exemplo, JOÃO DE BARROS, em sua "Gramática da Língua Portuguesa" (1540), ao tratar "Do número que tem o nome", limita-se a dizer:

"Número em o nome é aquela distinção por que apartamos um de muitos e ao número de um chamam os gramáticos singular, e ao de muitos, plural; e falando pelo primeiro diremos: o homem verdadeiro tem pouco de seu".

E se disser: os homens burlões tem pouca vergonha, falo pelo número plural, porque são muitos".

Quanto ao emprego das letras, no que se refere ao "s", trata apenas de sua forma e do emprego de "ss". Menos importância ainda dá ao "z":

"S F P T Z X Z estas seis lêteras não têm tantos trabalhos nem mudanças em servir seus ofícios, como vemos que têm as outras. Servem-nos comumente em tôdalas dições, como povo nos trabalhos da república, ao qual as podemos comparar e por isso as atamos em molho, sem guardar a ordem que têm, nem fazemos delas muita menção" (p. 62)

Ao que parece, a alternância **alferes/alferez** flexionava-se sempre no plural, embora não tenhamos conseguido encontrar nenhum exemplo de **alféreses**. Apesar de a forma terminada em **z** estar mais consentânea com a etimologia, parece haver predominado a forma com **s**, acolhida pela Reforma Ortográfica de 1911. Pelo menos é o que se depreende por ser esta a encontrada em VITERBO (século XVIII) e nos dicionaristas do século XIX, como MORAIS, FARIA e CONSTÂNCIO, nas edições anteriores à referida Reforma.

2.2 A origem

No que diz respeito à etimologia, os autores são praticamente unânimes em derivar a palavra do árabe. Além dos já citados, encontramos a mesma etimologia, com poucas variantes na forma da palavra de origem, nos seguintes autores:

NASCENTES (1955): "ALFERES — Do ár. **alfaris**, cavaleiro com imala (a = e), porta-bandeira. (Cfr. **Lusíadas**, IV, 27,3)."

CUNHA (1982): "**Alferes s m orig** 'cavaleiro árabe e, mais tarde, o que conduzia a bandeira nos combates etc. posto da hierarquia militar em Portugal e no Brasil' / **alferez** XIV, etc. Do ár. **al-faris**, 'cavaleiro'."

GONÇALVES (s.d.): "ALFERES — do árabe **AL-FARIS**. Porta-bandeira; posto militar hoje denominado **segundo-tenente**."

JOSÉ PEDRO MACHADO não registra o termo.

Como já se viu, somente FARIA, entre os dicionaristas de língua portuguesa consultados, avança a possibilidade de a palavra derivar do latim **aquilifer**, "o que levava a águia nos exércitos romanos; donde vem o italiano **alfiere** ou **alfiero**." A mesma origem, para o italiano, é também lembrada por PALAZZI, que não descarta, porém, a possibilidade da derivação do árabe: "**Alfiere s m** / dall'ar. **al-fâris**, cavaliere; **si dice anche lat.** **equilifer** / portabandeira".

Modernamente, LUIZ DE MARCO FILHO ("História Militar da PMMG"), lembra também as duas possibilidades.

"Do latim "aquila feris", o porta-águia das Legiões Romanas, ou do árabe "alfaris", o porta-estandarte. É possível que, pela influência bizantina, a expressão romana tenha passado para os conquistadores muçulmanos da Península Ibérica, dos quais a herdaram os espanhóis e portugueses" (p. 118).

No que diz respeito ao termo **aquilifer**, realmente existia no latim e servia para designar aquele que, nas legiões, conduzia a águia, símbolo e divindade tutelar das legiões, como se depreende da passagem de TÁCITO em que narra as guerras entre romanos e germânicos. Quando Germânico, o general romano, em um dos combates ordena que a cavalaria ataque o flanco do inimigo, vê oito águias penetrando numa floresta. Considerando de bom agouro o que vê, exclama: "Avançai, segui essas aves romanas, divindades tutelares das legiões."

"Interea, pulcherrimum augurium, octo aquilae petere silvas et intrare viae imperatorem advertere. Exclamat irent, sequerentur romanas aves, proprio legionum numina" (p. 130)

Ainda em TÁCITO encontram-se várias referências ao **aquilifer**. Por exemplo, quando trata da rebelião das legiões da Germânia, diz que Germânico, o pacificador delas, escreveu a Cecina, um de seus generais, dizendo que lá ia armado e que, se os centuriões não punissem os revoltosos, ele faria geral matança. "Cecina leu em segredo essa carta

aos porta-águias e porta-estandartes e aos que havia isentos de culpa". ("Eas Cecina **aquiliferes** numerisque et quod maxime castrorum sincerum erat occulte recitat") (p. 66).

Numa outra passagem, narra o ataque de soldados revoltosos contra um emissário de Roma que, em busca de proteção, abraça-se à águia e estandartes da legião, sendo salvo por um **aquilífero**: "Illic signa et aquilam amplexus religione sese tutabatur, ac hi **aquilifer** Calpurnius vim extremat arcuisset" (p. 54).

Parece que cada legião possuía sua águia, e vários estandartes ou **signas**, as coortes. Ainda um **TÁCITO** encontramos a seguinte passagem que comprova a assertiva:

"Postremo eo furoris venere, ut tres legiones miscere in unam agitaverint. Depulsi aemulatione, quia suae quisque legioni eum honorem quaerebant, alio vertunt atque una tres aquilas et signa cohortium locant" (p. 30). ("Final, a tal extremo de furor chegaram que entenderam de reunir as três legiões em uma só, ao que, porém, obsteu a emulação, porque cada qual pretendia essa honra para a sua e por isso resolveram colocar juntas as três águias e os estandartes das coortes".)

No que diz respeito às opiniões diferentes sobre a etimologia da palavra objeto destas anotações e sua filiação ao latim, é preciso lembrar que a língua italiana não ficou isenta da influência árabe. Lembra CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS (p. 300):

"Os arabismos da língua italiana (...) entraram diretamente pela Sicília, sujeita também aos sarracenos, o irradiaram por aí, influenciando no francês e mesmo nos falares hispânicos."

E acrescenta, referindo-se agora também aos arabismos do português:

"Mas em ambos os países, foram e são poucos os que influíram no falar comum. Em regra só ocorrem nos livros de erudição. São estrangeirismos, ao passo que entre nós grande parte dos arabismos designam objetos de uso diário, afazeres vulgares e já perfeitamente nacionalizados quando se começou a escrever o vernáculo: foram nacionalizados pelos mesmos processos fonéticos e morfológicos que transformaram em neolatim português os elementos latinos — e os outros estranhos — anteriores ao ano de 1200."

Lembra ainda que a palavra árabe **alfaraz**, cavalo, ocorre num carta do Papa João VIII a Afonso de Galiza, no ano de 880. Lembre-se também a palavra **alfitra**, do árabe **alfarda**, tributo (NASCENTES) que ocorre em uma carta dada por D. Afonso Henriques e seu filho e sucessor, D. Sancho I, aos mouros, em 1170: "Et ut detis nihi **alfitria** et azoque et totam decimam de universo labore vestro" ("E que dedes a mim **Alfitra** e **Azaqui**, e a dízima de todo vosso trabalho"), ("Ordenações Afonsinas", II, 99, nº 2).

Assim, encontram-se arabismos não apenas nas obras mais antigas de caráter literário, mas também em documentos públicos portugueses medievais, ainda redigidos em latim bárbaro.

Também COROMINAS ("Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana"), não hesita em derivar a palavra **alferes** da língua árabe:

"ALFEREZ 'abanderado' en el ejército ant. 'subteniente' mod., del ár. **fâris**, 'jinete', 'caballero', derivado de **fâras** 'caballo' (...) 1º doc. **alfiereç**, 932; **alferiç**, 1068; **alferz**, 1171."

De fato, a filiação de **alferes** a **aquila** + **fero** parece não encontrar suporte nos diversos tipos de transformações por que passaram palavras de formação semelhante, derivadas do latim. A respeito, por exemplo, das modificações sofridas pelo **q**, observa J.J. NUNES, "Crestomatia", p. LX:

"Distingue-se o **q** latino do **c** por ser sempre seguido de um elemento labial, a semi-vogal **u**, que na maioria dos casos se não faz ouvir, já desde o latim vulgar, e cai geralmente antes de **a**; a sua sorte, pois, é idêntica à do **c** antes do **a**, **o**, **u**, isto é, quando inicial, persiste, quando medial abranda em **g**."

Entre outros exemplos, cita **aquila**, **águia**.

Quando ao **l** medial, regra geral cai. Observa NUNES (p. LXIV) que esta queda "constitui uma das feições mais caracterfsticas da nossa língua, (...), sendo que para LEITE DE VASCONCELOS ("Lições de Filologia Portuguesa", p. 265), tal queda deu-se já no século XI.

Assim, ainda que se admita a permanência de **fero** (como em **mortífero**, **sonífero**, etc.), por via popular teríamos alguma coisa como **aguífero**, ou, mais provavelmente, **aguiver**, mas dificilmente **alferes**. De fato, considerando as transformações do latim para o português, teríamos: **aquilifer** : ***aguiifer** ***aguifer** ***aguiver**, com respectivamente: abrandamento do **q** em **g**; queda do **l** medial; crase dos dois sons vocálicos iguais e contíguos e sonorização do **f** em **v**, por ser intervocálico.

A palavra latina **aquilifer** deu origem, em português, a **aquilifero**, de formação nitidamente erudita e, de certa forma, palavra sinônima de **alferes**, o que levava a bandeira do exército peninsular, nas lutas contra os romanos, a princípio, e depois contra os árabes.

A palavra **aquilifero** está, de fato, dicionarizada, aparecendo em **CONSTÂNCIO**, em **AULETE** e em **NASCENTES**, mas sem uma abonação sequer. Não aparece em **VITERBO**, **MORAIS** (1813), **FARIA**, **CUNHA** e **GUÉRIOS**.

Tentando uma analogia do ponto de vista histórico, não encontramos nenhuma referência sobre o uso do símbolo da águia nos exércitos pensinsulares. Ao contrário, é uma simbologia tipicamente romana, como se viu da citação já feita de **TÁCITO**, e possivelmente odiada pelos povos aos quais Roma fazia guerra, por representar seu poderio militar, sua prepotência, sua crueldade e sua cobiça. O próprio **TÁCITO** nos narra, quando da vingança dos romanos contra os germânicos pela derrota que estas impuseram às legiões de Varo:

"Os sobreviventes dessa calamidade, escapos do combate ou do cativeiro, mostravam os lugares onde caíram os comandantes, onde foram tomadas as águias, onde Varo recebeu o primeiro ferimento, onde por sua própria mão pôs termo à vida, o tribunal donde Armínio falou aos seus, e contavam ainda os suplícios dos prisioneiros, as covas por eles abertas, e como arrogantemente foram insultadas as águias e os estandartes." ("Et cladis ejus superstites, pugnam aut vincula elapsi, referebant hic cecidisse legatos, illis raptas aquilas; primum ubi Varo adactum, ubi infelici dextera et suo icto mortem invenerit; quo tribunali contionatus Arminius, quot patibula captivis, quae scrobes, utque signis et aquilis per superbiam illuserit" (p. 84).

A ter que tomar palavra latina para designar o porta-bandeira, preferiam os peninsulares o **signifer** ou **vexilifer**, como se verá adiante.

Muito embora o **al** inicial da palavra não implique, necessariamente, origem árabe, sabe-se que na maioria absoluta dos casos de arabismos este artigo invariável incorporou-se ao nome, na passagem para o português. Além disso, como lembra **NASCENTES**, a imala (a = e) em **alfaris** aproxima ainda mais esta palavra de forma portuguesa.

A melhor explicação para a incorporação da palavra à língua portuguesa será provavelmente a de **COROMINAS**, repetida por outros autores e baseada possivelmente no antigo "Regimento de Guerra" dos portugueses, ao qual nos referiremos mais adiante. Diz **COROMINAS**:

"El nombre se explica porque en la caballería era costumbre confiar el estandarte real al jinete más diestro o valiente, que pudiera mantenerlo siempre erecto."

3 A palavra e seu contexto histórico

Do ponto de vista histórico, acreditamos que a questão fica suficientemente esclarecida no "Regimento de Guerra" que, não se sabe bem por quê — talvez equívoco dos copistas — foi compilado em alguns dos manuscritos das "Ordenações Afonsinas", Livro I.

Diz o Título LVI do referido Livro, que trata "Do Alferes-Mor do Rei":

"Os gregos, e Romaaõs foram homens, que usaram muito de guerrear, e em quanto o fezerom com siso, e entendimento, vencerom, e acabaram o que quiserom; e elles foram os primeiros, que fezerom em como fossem conhecidos os grandes senhores nas Cortes dos Principes, e nas batalhas, e nos outros feitos de grande façanha" (p. 333)

Curiosamente, ao descrever uma das batalhas do general romano Germânico, TÁCITO conta que "Germânico, para ser mais facilmente reconhecido, havia tirado o capacete", não se referindo a nenhum tipo de insígnia, bandeira ou estandarte que o localizasse no meio da luta. ("Et Germanicus, quo magis agnosceretur, detraxerat tegimen capiti") (p. 136).

Continua ainda o "Regimento":

"1 E considerando elles com em semelhantes feitos as gentes e povos se cabdellassem bem, por guardarem principalmente o serviço de seus senhores, teendo o muito por honra assinada, chamarom os que traziam as sinas principaes dos Emperadores, e dos Reys Signifer, que quer tanto dizer como Official, que leva a primeira signa do principal Senhor da hoste" (p. 333).

Entre os romanos, realmente, havia no exército os *signíferos* (*signifer, i*), de *signifer*, objeto em que estão esculpidas ou gravadas figuras, imagens, bandeira; os *aquilíferos* (*aquilifer, eri*), de *aquila*, águia, e *fero*, levo, os que levavam a águia simbólica nas legiões romanas; os *vexilíferos* (*vexilarius, i*), os que levavam o estandarte ou bandeira de uma companhia, de *vexillum, i*, bandeira, estandarte, além dos *antessignanos*, que precediam os diversos símbolos militares, ou seja, o lábaro, os estandartes, as bandeiras, empunhando um pequeno cetro ou bastão. Em resumo: o *signifer* levava a bandeira do exército; o *aquilifer* portava a águia da legião e o *vexilifer* levava o estandarte ou bandeira de uma companhia.

Em Portugal, nos primeiros tempos, aparecem como títulos, evidentemente ligados às funções, pelo menos o *signifer* e o *vexilifer*. Encontra-se em VITERBO:

"No ano de 1112, entre os demais confirmantes na doação do couto à SÉ de Braga, está *Pelagius Suaris, Vexillifer Comitis*."

Parece que, no século XII, não havia uniformidade no tratamento dado ao alferes-mor, de que se tratará mais adiante, e que se chamavam a si mesmos de *vexillifer* ou *signifer*, ou ainda *Signifer Regis* ou *Regis Signifer*, ou ainda *Signifer Curiae* ou ainda *Regis Vexillifer*. Aparece às vezes, também, o nome do rei de quem se era o alferes-mor, como *Menedus Gonsalvi Regis Sancii Signifer*.

Voltando ao "Regimento de Guerra", vamos encontrar ainda novas explicações sobre a origem da palavra *alferes*, bem como sua adequação no contexto histórico:

"2 ITEM Chamarom Preposito, que quer tanto dizer Adiantado sobre as outras companhas da hoste, e esto porque em aquel tempo elle julgava os grandes feitos, que aconteciam com ella. Estes nomes usaram em Espanha, ataa que se perdeo a terra, e a guanharom os Mouros, e depois que a percalçaram os Christaãos, chamarom a este officio Alferes, e assi ha hoje nome."

Relembrem-se aqui, sucintamente, alguns fatos relacionados à história da Península Ibérica, à dominação romana, à dominação árabe e à retomada da terra, durante a qual se formou o reino de Portugal.

A invasão romana da Península Ibérica foi uma resultante das guerras púnicas, tendo sido incorporada ao Império Romano, como província, no ano de 197 a.C. Tiveram os romanos grandes dificuldades em se impor como raça dominante, muito embora sua língua, a latina, tenha sido aceita com relativa facilidade pelo povo dominado, entre outros motivos, por ser semelhante ao celta, então predominante na Península.

É novamente TÁCITO quem nos vai dar a última notícia sobre a existência de língua própria da região, antes da total adoção do latim e de sua gradual transformação no português. Segundo ele, L. Pisom, pretor da província, foi atacado "por um rústico" que o feriu de morte. Achado o assassino "e submetido a tormento para declarar quais eram seus cúmplices, em alta voz bradou em língua do país que de balde o interrogavam", pois jamais a dor o obrigaria a falar.

"Nam, preno ductoque per proximos pagos equo, cujos foret cognitum, et repertus, cum tormentis edere conscios adigeretur, voce magna sermone patrio frustra se interrogari clamitavit (...)" (p. 376).

Somente no ano de 27 a.C. o domínio romano foi total, depois de derrotados os lusitanos, dentre os povos da Península os que mais resistiram aos romanos.

Com o declínio do Império, Roma não conseguiu manter seu domínio sobre as terras conquistadas. Vários povos, notadamente os de origem germânica, considerados bárbaros pelos romanos, invadiram o Império, inclusive a Península Ibérica, predominando, nessa região, os visigodos que organizaram um governo com capital em Toledo, absorvendo, não obstante vencedores, muitos dos costumes da terra conquistada, inclusive a língua falada pelo povo local, derivada do latim dos antigos conquistadores e que começava a adquirir características próprias.

O governo dos visigodos, porém, não foi tranqüilo, eclodindo inúmeras lutas internas, visando à tomada do poder. Por solicitação do então governador da Andaluzia, Julião, mas na realidade com o intuito de tomarem eles próprios o poder, os árabes que a ele se aliaram acabaram por invadir a Península, chefiados por Tarik-ben-Zeiyab. Apesar de, no início, se portarem como aliados daquele que lhes solicitara o auxílio e que em troca do apoio lhes entregaria a cidade de Tânger, os árabes, também depois de algumas lutas internas, acabaram por tomar a Península Ibérica, dando início à dominação que se estenderia por séculos.

Como a dos romanos, a dominação árabe também não foi fácil. Um chefe dos remanescentes godos, Pelágio, refugiando-se nas Astúrias, ao Norte, iniciou as guerras de reconquista, continuada por outros depois dele durante os anos que se seguiram. No século X, todo o Norte da Península já estava nas mãos de seus antigos donos, consolidando-se na região os reinos de Leão, Castela, Aragão, Navarra e o Condado de Barcelona. As fronteiras cristãs vão-se dilatando, e no século XII surge o reino de Portugal, a partir de pequena faixa de terra denominada Condado Portucalense, dada ao cavaleiro francês D. Henrique de Borgonha, que se destacara nas lutas contra os mouros. Seu filho, D. Afonso Henriques, depois de enfrentar uma guerra civil na qual tinha como adversário sua própria mãe, tornou-se o primeiro rei de Portugal, ampliando ainda mais seus territórios com terras tomadas aos mouros e que continuaram a ser ampliadas por seu sucessor D. Sancho I e pelos reis que a este se seguiram. A reconquista de toda a Península, porém, só se consolidou no século XV, depois da expansão de Portugal para o Sul e a consolidação de Castela. Finalmente, no ano de 1492, os árabes foram definitivamente batidos na Península.

É evidente que ao longo desses séculos de convívio houve grande influência árabe na cultura de Portugal e Espanha, inclusive nas línguas dos dois países, embora menor do que se poderia esperar, tendo em vista o largo período de tempo em que os árabes

foram senhores das terras ibéricas. Essa influência deu-se principalmente por intermédio dos moçárabes, cristãos em parte submetidos à civilização muçalmã superior, adotando inclusive o árabe como língua, embora se mantivessem fiéis aos preceitos religiosos do cristianismo. O vocabulário português, sob a influência árabe desde seu período de formação, acabou por adotar número razoável de palavras da língua dos mouros. É compreensível tal influência. Para CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS,

"Séculos de convivência forçada, muito embora e em regra bélica, com homens sagazes, de civilização superior brilhantíssima, e que exerceram nos domínios conquistados uma atividade fecunda, tanto agrária como artística, deviam atuar na evolução não só da cultura mas também de línguas neolatinas ainda mal constituídas, ou antes a bem dizer nascentes, quando Musa e Tárique transpuseram, em 711, as colunas de Hércules, e deram nome novo a uma delas: Gibraltar = Djebel-Tarik = Monte Tárique" ("Lições de Filologia Portuguesa", p. 299).

Tendo em vista ainda a relação bélica existente entre os mouros e cristãos, não admira que se encontrem nas línguas da Península arabismos que digam respeito à vida e às atividades militares.

Assim, a palavra **alferes**, de origem árabe, penetra no português, ao lado de várias outras, durante a reconquista e substitui as palavras **vexilifer** e **signifer**, com que até então eram designados os porta-bandeiras.

O fato de existir um Alferes-Mor, a que já nos referimos, é suficiente para comprovar a existência de outros alferes; de fato, cada comandante teria seu próprio estandarte que, no entanto, só poderia ser desfraldado, nas batalhas, depois de desfraldada a signa real. O "Regimento de Guerra" nos dá essa idéia, no seguinte trecho:

"26 ITEM Todolos fidalgos, que forem hordenados pera estarem na reguarda comnosco, non se hiram a outra parte sem nosso especial mandado, salvo onde virem estar nossa bandeira; e hindo-se a outra parte, nom lhe deve seer contado por bem, e aalem desto devem haver escarmiento, segundo a qualidade de sua pessoa: a esta medês regra devem teer os que forem hordenados de estarem na avanguarda, porque devem de estar onde estiver a bandeira daquel, que for governador della."

A bandeira ou signa era de maior importância, principalmente durante as batalhas, e serviam para balizar as posições dos comandantes e a ordem desejada dos combatentes. Para dar idéia da balbúrdia entre os soldados romanos, atacados pelos germânicos, TÁCITO usa a expressão "incertus signorum ordeo", isto é, "os estandartes em desordem", como a demonstrar que a ordenada disposição das tropas era indicada pela ordenada disposição de seus estandartes ou signas.

Não era diferente entre as tropas portuguesas. O já várias vezes citado "Regimento de Guerra", em diversas passagens refere-se à bandeira e a sua importância durante as lutas. Vejam-se estes passos:

"5 item E tanto que Nós tevermos junta toda nossa gente, ou a maior parte della, com que bem possamos aballar nossa hoste, devemos o dia da partida mandar dizer huma Missa solepnizada em lugar certo por Nós assinado, e mandaremos hi levar nossa bandeira metida na funda, e recolheremos hi nossa gente". (p. 287).

"22 ITEM As bandeiras dos fidalgos assi na avanguarda, como na reguarda, nom devem ser tiradas das fundas, salvo quando for tirada, e estendida a nossa: e esta nom deve seer tirada, e estendida, salvo em tempo de pelear: e quando aos balsoões, estes podem sempre ser estendidos, por que tal foi sempre a usança da guerra" (p. 292).

“52 ITEM Cada hum pague o terço a seu Senhor, ou ao Capitam de toda maneira de guanho d’armas, e também aqueles, que nom som a soldo, mas tam somente som chegados, e apusentados de so a bandeira, ou pendom d’alguem Capitam” (p. 302).

“53 ITEM Que nom seja nenhũ tam ousado de levantar bandeira, ou pendom de Sam Jorge, nem outro algũu pera tirar as gentes fora da hoste, para ir a nenhuma parte que seja, sob pena de morrer; e ao Capitam, que o fezer, e a todos aquelles, que o seguirem, lhes cortarem as cabeças, e todos seus beñs, e herdades perdidas serem pera Nós” (p. 302).

O Alferes-Mor do Rei era, sem dúvida, o mais importante dentre todos, cabendo-lhe, além de levar a signa real e desfraldá-la nas batalhas, o poder de julgar seus camaradas em ocorrências no interior da hoste, poder, no entanto, que já havia perdido para o Condestável quando da elaboração do “Regimento”. O Condestável, segundo parece, substituiu-o ainda em outras atribuições que até então eram pertinentes ao seu ofício, embora continuasse a ser o porta-estandarte do rei e, por isso mesmo, continuasse a ser figura das mais destacadas nas tropas portuguesas.

Ao seu antigo poder de julgar faz referência o Título LVI do Livro I das “Ordenação Afonsinas”:

“3 ITEM Antiguamente havia elle de mandar justicar na hoste os homoeñs per nosso mandado, quando fizessem porque, o que aguora pertence fazer ao Conde-stabre, e Marichal, segundo havemos fallado nos titulos que a seus officios pertencem” (p. 334).

A importância do Alferes-Mor do Rei e o significado de bandeira sob sua responsabilidade e que tinha o dever de proteger ficam bem retratados neste passo:

“4 ITEM Ao Alferes nosso pertence levar a nossa principal signa, quando formos em hoste, e nom a deve d’estender, salvo per nosso mandado especial, quando formos em vista de nosso inimigos esperando de peleijar com elles. E tanto que a signa for tendida, todalas outras dos senhores, e capitães se devem logo tender, e todalas gentes da hoste devem d’aguardar a nossa signa per onde quer que ella for, e amparalla, e defendella, que nom receba alguũ perigo; porque o abatimento da signa principal da hoste significa, e demonstra, que a batalha por sua parte he vencida, e desbaratada, e todalas gentes della logo perdem corações, e vontades de mais pelejarem” (p. 334).

DAMIÃO DE GÓIS (“Crônica do Príncipe D. João”), p. 41, dá-nos dramático exemplo do que significava, para o rei, a perda de sua bandeira:

“EIRei Dom Afonso, vendo sua bandeira real no cham e a batalha desbaratada, quomo desesperado se quisera lançar no meo dos imigos, desejeo mais dachar quem ho matasse que de viver com desgosto (...) (p. 42).

Por isso mesmo, as bandeiras eram tão protegidas quanto o próprio Rei, ou, melhor dizendo, proteger a bandeira era proteger o Rei e o Reino. FERNÃO LOPES (apud “Fontes Medievais da História de Portugal”), ao descrever os preparativos para a batalha de Aljubarrota diz:

“E na primeira / hoste / que he chamada auanguardia era o Condestabre, com sua bandeira tendida e dobrados escudeiros junmto com elle por guarda della e de seu corpo” (p. 312).

O Alferes-Mor do Rei deveria ter não apenas bravura e coragem, que o tornassem capaz de defender a signa real contra os ataques inimigos e mantê-la ereta nas batalhas, mas deveria também ter um comportamento tal que o tornasse, para toda a hoste, exemplo de bravura, fidelidade e honradez. São estas as qualidades dele exigidas:

“5 E por tanto aquel, que Alferes houver de seer, convem em todas as guisas que seja homẽ de nobre linhagem, porque haja vergonça de fazer cousas, que lhe mal stem, e as gentes da hoste hajam razom de o teerem em grande conta; e deve ser leal, porque ame a nossa prol, e a do Regno; e ainda de mester, que seja de booo siso, e grande esforço possa, e saiba sofrer, e governar a dita signa a serviço nosso, e a prol da hoste” (p. 334).

“6 E quando o Alferes tal for, Nós o devemos muito d’amar, e teer em elle grande fiança de lealdade, e fazer-lhe muito bem, e merceæ, e ainda honrallo antre todos os outros de semelhante estado, e condiçom, porque as gentes da hoste ho tenham por elle em grande estima, e reputaçom” (p. 335).

Em resumo, o Alferes-Mor do Rei tinha como principal função levar e defender a signa real, a bandeira do Rei, acompanhando-o durante a batalha e dele recebendo diretamente as ordens, para levá-las a seus generais. Neste sentido, suas funções eram as de chefe do Estado-Maior, transmitindo ordens e observando o cumprimento delas.

Segundo nos informa VITERBO, em tempo de paz a signa era confiada a um homem de armas, competindo ao alferes-mor carregar a espada do Rei. Ainda segundo VITERBO, a partir do século XII o alferes-mor deixou de transportar a bandeira real, ficando somente com suas funções de comando que, a partir do século XIV, passaram a ser desempenhadas pelo Condestável.

Do século XII em diante, a bandeira passou a ser confiada ao alferes pequeno ou menor, com as mesmas funções do alferes-mor, isto é, transportar e defender a signa real nas batalhas.

É novamente DAMIÃO DE GÓIS (op. cit.) que nos dá exemplo de coragem que os alferes demonstravam na defesa da bandeira colocada sob sua guarda:

“... e ali se começou a ferir hũa brava e cruel batalha, mas em fim ha força dos acobertados, que eram muitos, pôde tanto que os nossos se começaram a desordenar, de maneira que desemparraram ha bandeira real. Mas primeiro que ha os Castelhanos tomassem, deçeparam has mãos de Duarte dalmeida, alferes pequeno, que ha trazia, e lhe deram tantas feridas que quomo de mão de homem morto ha houveram” (p. 41).

Ou, como aparece com mais clareza na “Crônica de D. Afonso V”:

“... a qual bandeira não foi tomada das mãs de Duarte de Almeida, alferes-pequeno, atee que lhas primeiro nom deceperam”.

Às vezes o alferes-mor era substituído, como nos narra FERNÃO LOPES, (op. cit., p. 314):

“E em esta aaz, cujas pontas çarrauom com a auamguarda, forrada com homens de pee e beesteiros, em que auya setecentas lanças, estaua el-Rey com sua bandeira, a qual tijinha Lopo Vaasquez da Cunha em logar de seu jrmão Gyl Vaasquez, que era alferes moor e estaua na Beira com os outros fidalgos, e os que eram guarda del-Rey junto com elle, e isso meessmo os que daguardar auyam a bandeira.”

Tantas e tão importantes eram as atribuições do alferes-mor que, com o tempo, foram divididas entre dois oficiais superiores, o Condestável e o Marichal, cujas atribuições estão também descritas no “Regimento de Guerra”.

Se, por um lado, havia apenas um alferes-mor, depois alferes-menor ou alferes-pequeno, todos com atribuições semelhantes, sendo a principal arvorar e defender a bandeira ou estandarte durante os combates, cada grupo de combate ou cada comandante podia ter sua própria bandeira e, quando isso ocorria, cada grupo possuía o seu próprio alferes. Embora sem ter a importância do alferes-mor, tinha ele também, em cada grupo, suas atribuições, como, por exemplo, substituir o comandante sempre que este faltasse. Entretanto, através do tempo, essas atribuições foram-se modificando, naturalmente na mesma medida em que se modificavam os exércitos e se modificavam as guerras e as batalhas. Assim, nos tempos antigos, o alferes deixa de ocupar o cargo de chefe principal da hoste, agora do Condestável, e passa a ocupar o cargo de chefe de um grupo armado, como lugar-tenente de seu capitão. O termo aplicou-se no decorrer do tempo, mas já na Idade Média, a dignidade ou cargos de menor importância, sendo usado também para designar o chefe da peonagem nos concelhos da Idade Média, passando depois a ser subalternos dos chefes destes.

Nas companhias criadas no século XVI, ao lado do capitão figurava o alferes como subalterno substituto ou porta-bandeira.

4 O Alferes no contexto histórico nacional

O Brasil, na condição de país colonizado pelos portugueses até o século XIX, herdou dos lusitanos sua organização militar, a não ser em casos especiais, em que se criaram forças locais para atender a questões locais. Assim é que, nos primeiros tempos da colonização, e para fazer face a índios hostis e a estrangeiros, organizaram-se dois tipos de forças militares: a dos próprios colonos, aos quais a legislação da época atribuía deveres militares e a do poder público metropolitano, que devia ajudar o colono nessas tarefas específicas.

As tropas militares organizadas oriundas da Metrópole chegaram com a expedição de Tomé de Sousa, encarregando-se principalmente da fortificação e defesa do litoral.

Com a marcha para o interior, surge um outro tipo de força militar, ou de caráter militar irregular, que são as bandeiras. Delas diz Oliveira Viana:

“É a bandeira uma pequena nação de nômades, organizada solidamente sobre uma base autocrática e guerreira, mesmo as de colonização. O bandeirante lhe é, ao mesmo tempo, o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar.” (“Evolução do Povo Brasileiro”, p. 99).

Parece que apenas a partir do século XVIII, principalmente com a descoberta e exploração das minas de ouro, a Metrópole, temendo o elemento local, preocupou-se em estruturar de forma mais adequada aos seus interesses pela colônia e por suas riquezas uma força militar que a representasse de forma mais efetiva. É então que se cria uma estrutura militar desvinculada do poder civil ou paramilitar local. Surge, assim, uma milícia, representando o poder colonizador, com tarefa policial “destinada a manter submissa uma população que crescia depressa e que buscava a riqueza na atividade mineradora tão fortemente entravada pela intervenção metropolitana. (...) As Milícias, recrutadas no país, isto é, na colônia, no que diz respeito aos soldados e, depois, aos postos inferiores de oficiais, tendem para a organização permanente” (Nelson Werneck Sodré, “História Militar do Brasil”, p. 46/7).

As milícias então constituídas privilegiam, no que diz respeito aos postos, os elementos de origem lusitana, mais confiáveis aos olhos da Coroa Portuguesa, obedecendo elas, em sua estruturação, à própria estrutura militar portuguesa.

Já por essa época, o posto de alferes, dentro da hierarquia militar, era um posto menor, ocupando os portugueses os postos superiores. Tiradentes, brasileiro, era alferes; Joaquim Silvério dos Reis, português, era coronel e comandante de um dos regimentos milicianos.

Enquanto no tempo das Ordenanças, que estruturavam as tropas coloniais, o alferes era ainda o imediato do Capitão, substituindo-o e ainda exercendo sua função de porta-bandeira, já no século XVIII era o primeiro posto da carreira superior. Em cada companhia de linha ou de tropa auxiliar, esta constituída de civis não remunerados, havia três oficiais em hierarquia descendente: um capitão, um tenente e um alferes, já então destituído de sua função de porta-bandeira.

O posto de alferes, no Brasil, foi finalmente extinto, no Exército e nas Polícias Militares já no período republicano.

Como se vê, a palavra **alferes** é antiga na língua portuguesa e sempre ligada à atividade militar, seja para designar o mais alto posto do antigo exército português, seja para designar o primeiro grau na ascensão ao oficialato.

4 Conclusão

Das montanhas das Astúrias às montanhas de Minas, e ao longo desses quase 900 anos, o alferes perdeu muitas de suas honrosas atribuições, muitos de seus poderes, muitas de suas funções. Perdeu seu poder de julgar, seu poder de comandar, seu poder de estar ao lado do Rei, ostentando sua bandeira; perdeu seu poder de reunir os homens em torno de si e comandá-los nas batalhas; e no final de sua existência como militar, perdeu até mesmo a sua bandeira. Mas não o nosso Alferes, pois este empunhará para sempre aquela bandeira onde, no dizer de WILTON CARDOSO, Alvarenga Peixoto deixou gravado o melhor dos nossos versos — o vergiliano “*Libertas quae sera tamen*”.

BIBLIOGRAFIA *

- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Ed. brasileira por Hamilton de Garcia. Rio de Janeiro, Delta, 1958, 5 v.
- BARBOSA, Valdemar de Almeida. **Dicionário da terra e da gente de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, 1985.
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. 3 ed. organizada por José Pedro Machado, com base na ed. de 1540. Lisboa, [s.e.], 1957.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Ed. fac-simile da ed. de 1572. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1972.
- CINTRA, Geraldo de Ulhoa e CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário latino-português**. São Paulo, Ed. Anchieta, 1944.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo Dicionário crítico e etymologico da lingua portugueza**. Paris, Officina Typografica de Casimir, Editor, Angelo Francisco Carneiro, 1836.
- COROMINAS, J. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madrid, Ed. Gredos, 1954.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 5 ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1962.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- FARIA, Eduardo de. **Novo dicionario da lingua portuguesa: o mais exacto e mais completo de todos os dictionarios até hoje publicados**. Lisboa, Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1878. 2 v.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1ª ed., 15ª impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira [s. d.]
- GÓIS, Damião de. **Crônica do Príncipe D. João**. Introdução, seleção e notas por Antônio Álvaro Dória. Lisboa, Clássica, 1944.
- GONÇALVES, Osvaldo Vieira. **Influência da cultura árabe em Portugal e no Brasil**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, s. d.
- GUÉRIOS, R.F. Mansur. **Dicionário de etimologias da língua portuguesa**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional; Paraná, Ed. da Universidade do Paraná, 1979.
- HECKLER, Evaldo et alii. **Dicionário morfológico da língua portuguesa**. São Leopoldo, Universidade do Vale dos Sinos, 1984, s.v.
- LIVRO das aves. Reprodução fac-similar do manuscrito do séc. XIV. Rio de Janeiro, MEC, INL, 1965.
- MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa, Confluência, 1959.

- MARCO FILHO, Luís De. **História militar da PMMG**. Belo Horizonte, Academia de Polícia Militar, 1988.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**: com prefácio de Meyer Lübke. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1955.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica: fonética e morfologia**. 5ª ed., Lisboa, Clássica, 1956.
- Crestomatia arcaica**. Desde o mais antigo que se conhece até o século XVI. 6ª ed., Lisboa, Clássica, 1967.
- ORDENAÇÕES Afonsinas. Fac-símile de ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 5 v.
- PALAZZI, Fernando. **Novissimo dizionario della lingua italiana**. 12 ed. Milano, Casa Editrice Ceshina, 1952.
- PIMENTA, Alfredo, org. **Os historiôgrafos de Alcobaça**. Lisboa, Clássica, 1943.
- Fontes medievais da história de Portugal**. Vol. I Anais e crônicas. Lisboa, Sá da Costa, 1948.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Estudos gramaticais e filológicos: ligeiras observações**. Ed. rev. pref. e anotada por Deraldo Inácio de Souza. Salvador, Progresso, Aguiar e Sousa, 1957.
- SAID-ALI, M. **Investigações filológicas**. 2 ed., Rio de Janeiro, Grito, 1976.
- SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Fac-símile da 2 ed. de 1813, photographada pela Revista da Língua Portuguesa sob a direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro, 1922. 2 v.
- Grande dicionário da língua portuguesa**. 10 ed., Lisboa, Confluência, 1948.
- SODRÉ, Nélson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- TACITE. **Annales**. Texte étabil, et, d'après Burnouf, traduit par Henri Bornecque. Paris, Lib. Garnier Frères, 1947. 2 v.
- TÁCITO, Cornélio C. **Anais**. Trad. de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1964.
- TORRES, G. Cabanellas de. **Diccionario militar: aeronáutico, naval y terrestre**. Buenos Aires, Bibliográfica Oneba, 1961, 4 t.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Ed. crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto, Liv. Civilização, s.d., 2 v.
- VASCONCELOS, J. Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. 3 ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. **Lições de filologia portuguesa: segundo preleções feitas aos cursos de 1911/12 e 1912/13, seguida de lições práticas de português arcaico** [São Paulo] Martins Fontes, s.d.
- VIANA, F.J. de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3 ed., São Paulo, Civilização Brasileira, 1938.
- ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica dos feitos de Guiné**. Pref., seleção e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Lisboa, Clássica, 1942.
- Crónica da tomada de Ceuta**. Introd., seleção e notas de Alfredo Pimenta. Lisboa, Clássica, 1942.

* Preparada pela Bibliotecária Ana Maria Gomes Afonso, da Biblioteca Capitão Geraldo Walter da Cunha (APM).